

USP Ribeirão Preto – CEADIN – Centro de Estudos Avançados de Direito e inovação

CURSOS DE EXTENSÃO NO FORMATO DE SEMINÁRIOS (formato híbrido: online e presencial)

Carga horária: 12 hs aula (2ª e 4ª feiras – 18:00 - 20:00) – início: 05.08.24 – fim: 21.08.24

Público alvo: gestores e profissionais que trabalham ou pesquisam a área de inovação dentro da USP

Gestão da inovação no Direito, Contabilidade e Administração: desafios, oportunidades e perspectivas

Coordenação: Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, Cristina Godoy Bernardo de Oliveira

Organização e professora tutora: Paola Cantarini

Gratuito.

Público alvo: Aberto ao público em geral e a estudantes e egressos da graduação, pós graduação stricto e lato senso, da Universidade de São Paulo.

Link para inscrições: <https://www.direitorp.usp.br> e site CEADIN

Natureza: difusão

Forma: híbrido (presencial e no canal do youtube: <https://www.youtube.com/@fdrp>)

Local: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP

Justificativa: Divulgar conhecimentos na área do direito, contabilidade, administração e inovação, com uma abordagem interdisciplinar, crítica, envolvendo as principais leis relacionadas à inovação, entre outros tópicos de suma relevância e atualidade. O curso conta com corpo docente de grande expertise e experiência docente e acadêmica, e contará com aula magna com um dos grandes nomes da área.

Objetivo: Expor e discutir entre os alunos os principais pontos acerca da temática principal, qual seja, Direito e inovação, bem como trazer o referencial teórico e conhecimentos essenciais para as demais disciplinas objeto do curso, quais seja, Administração e contabilidade, conjugando-se referencial teórico de alta qualidade com atividades práticas que visem a solidificar o entendimento e trazer uma participação ativa dos alunos.

Conteúdo programático

Aula magna – 05.08.24 (2ª. feira) – abertura do curso/seminários: Professor Demi Getschko (CGI/NICBR)

Aula 1 – 07.08.24 (4ª. feira): Ecossistema de inovação no Brasil – desafios e oportunidades; contabilidade digital - práticas de inovações governamentais na Contabilidade e Administração. Administração e inovação: desafios e oportunidade; sistema público de escrituração digital e contabilidade online - Professor: Luis Eduardo Viegas

Aula prática - atividades práticas: Professores Paola Cantarini/Bruno Martins Rizardi

Aula 2 – 12.08.24 (2ª. feira): modelagens jurídicas para inovação na Administração e Contabilidade – desafios, oportunidades e perspectivas de futuro; gestão de negócios ágil, transformação digital e filosofia empreendedora - Professor: Thiago Marcílio

Aula prática - atividades práticas: Professores Paola Cantarini/Bruno Martins Rizardi

Aula 3 – 14.08.24 (4ª. feira): legislação da inovação: análise crítica e interdisciplinar das principais leis relacionadas à inovação no Brasil; iniciativas de estímulo à inovação no governo paulista; análise da Lei de inovação tecnológica – LIT (Lei Federal 10.973/2004) e da Lei n. 14.180/2021 que institui a Política de Inovação - Educação Conectada; análise da Lei do Bem como principal lei de incentivo fiscal para empresas que investem em tecnologia (Lei 11.196/05); análise crítica do Decreto Paulista de Inovação (Decreto Estadual 62.817/ 2017); análise do novo Marco Legal de Inovação (Lei 13.243 /2016) - Professor: Thiago Ferrarezi

Aula prática - atividades práticas: Professora Paola Cantarini

Aula 4 – 19.08.24 (2ª. feira): Startups e inovação - direito das startups, marco legal das startups e empreendedorismo inovador – (Lei Complementar

182/2021); jurimetria e estudos de casos; e aplicações de IA e tecnologias e o Direito, e IA no Poder Judiciário - Professor: Thiago Felipe Avanci

Atividades práticas: Professora Paola Cantarini

Aula 5 – 21.08.24 (4ª. feira): Inovação e Direito - desafios, oportunidades e perspectivas. Futuro do trabalho – economia compartilhada, uberização da economia, plataformização do trabalho. Futuro do direito – Direito 4.0, comoditização e desafios ao Estado Democrático de Direito. Direitos Fundamentais “by design” e Estado Democrático de Direito desde a concepção. O papel da governança e do “compliance” como alavancas pró-inovação - Professora: Paola Cantarini

Aula prática - atividades práticas: Professora Paola Cantarini

Ementa

Direito, ciência, tecnologia e inovação podem ser vistos e pensados como sistemas sociais interligados e dependentes, ou seja, fazendo parte do ecossistema de inovação, o que é corroborado pelo fato de ter o Direito reconhecido a importância da temática da inovação, em especial com a Emenda Constitucional 85/2015, que altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação, falando-se em “Constituição Tecnocientífica”, com destaque para o dever do Estado de promover e direcionar o desenvolvimento de um verdadeiro “direito fundamental específico”, “o direito à ciência, tecnologia e inovação, material e historicamente determinado” (Lucas de Faria Rodrigues, “A Concretização da Constituição Tecnocientífica: o regime jurídico fundamental da ciência, tecnologia e inovação”, Editora Fundação Fenix, 2021).

Contudo, apesar de conquistas recentes no sentido de elaboração de leis com o escopo de beneficiar/incentivar a ciência, tecnologia e inovação (CT&I), o Brasil permanece sendo o 13º colocado em termos de produção científica (2,7% do total mundial), ocupando a 70ª posição no ranking internacional de inovação (<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8125/1/PoI%C3%Adticas%20de%20apoio%20à%20inovação%20tecnológica%20no%20Brasil.pdf>).

A doutrina especializada aponta para diversos problemas afetos à realidade do Brasil como país periférico no tocante à inovação, tais como, dificuldade de articulação do conhecimento científico teórico com a prática concreta por meio de

parcerias, produção científica nacional em inovações tecnológicas (o Brasil ainda representa 1,8% da produção científica mundial em inovações tecnológicas), além de outros entraves à inovação do país relacionando-se com a educação de baixa qualidade, o baixo desempenho em patentes devido a barreiras legais, institucionais, financeiras e culturais, entre outros desafios que igualmente fazem parte da indústria do software livre ou das startups, tais como a falta de um ecossistema adequado para dar suporte ao desenvolvimento de projetos e empresas. Portanto, o país ainda se enquadra no sistema nacional de inovação periférico, caracterizado por sistemas de inovação ainda imaturos e por inovações de natureza mais incremental do que radical, com atraso temporal e menor amplitude, devido à enorme concentração de renda, e alcance de tais serviços e bens apenas para pequena parcela da população.

Segundo as palavras de Alessandro Teixeira e Mario Sérgio Salerno, a iniciativa nacional de inovação passa por sérios problemas, uma vez que as empresas brasileiras competem com os fabricantes de produtos padronizados, que buscam liderança em custos, e também competem com as empresas que lançam produtos inovadores, abrem nichos e criam necessidades (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-lei-de-inovacao-tecnologica-no-cenario-brasileiro/187974408>).

Por outro lado, aponta Ronaldo Lemos para a ausência da cultura de inovação no país, “verbis”: “para inovar, um país precisa ter regras civis claras, que permitam segurança e previsibilidade nas iniciativas feitas na rede (como investimentos, empresas, arquivos, bancos de dados, serviços etc.)”. (...) “Um dos principais obstáculos é superar essa cultura anti-inovação que infelizmente é majoritária”, apontando ainda que “não há um projeto sequer para apoiar os inúmeros garotos e garotas espalhados por todo o Brasil criando empresas inovadoras e startups” (<https://napratica.org.br/são-uma-cultura-de-inovacao-entre-nos-que-fica-reprimida/>).

O presente curso visa justamente reduzir tal “gap”, contribuindo para a ampliação de conhecimentos acerca de tais temáticas, de forma a contribuir para colocar o Brasil dentro do debate mundial e regional acerca da produção científica e conscientização, os quais estão associados às possibilidades de crescimento

econômico, competitividade internacional e sustentável, voltando-se a uma perspectiva de médio e de longo prazo.

A temática da inovação demanda investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, e o que por sua vez, relaciona-se com competitividade, crescimento, melhora de salários e redução de custos, e com políticas públicas voltadas à dinamização econômica, tal como aponta Álvaro Amarante, diretor da Agência PUC de Inovação, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Paraná (“Lei da Inovação continua tendo impacto restrito no Brasil” (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-lei-da-inovacao-e-seus-reflexos-no-cenario-juridico-atual-brasileiro/244053189>), e o curso visa promover o conhecimento científico, mas que permita uma abordagem democrática por ofertar uma linguagem acessível a todos.

Outrossim, visa aproximar diversos campos de saber, em uma análise interdisciplinar e também transdisciplinar, aproximando-se diversos campos do conhecimento, a fim de potencializar o processo de criatividade e da própria inovação, também contribuindo para a aproximação de diversos tipos de atores que atuam ou pretendam atuar no âmbito de tais disciplinas e temáticas, aproximando empresas, universidades, centros de pesquisa e a população em geral, de forma a contribuir para todo o Ecossistema de inovação, em termos gerais, e para a capacitação profissional necessária para se poder falar em transformação digital. É o que apontam as pesquisas realizadas pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), mencionando que entre as características estruturais da economia brasileira, estaria a baixa relação entre empresas e universidades e centros de pesquisa, demandando uma transformação cultural e uma transformação digital e de abordagens e “mindsets”, contribuindo a longo e médio prazo para o Brasil se incluir em um país desenvolvidor e exportador de inovação e tecnologia ao invés de na maior parte das vezes mero consumidor destas (ver notícia: “Incentivos fiscais são insuficientes”, <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2014/09/22/incentivos-fiscais-sao-insuficientes.ghtml>).

O curso, destarte, possui uma perspectiva interdisciplinar, zetética e crítica, onde as perguntas corretas são mais importantes do que respostas prontas e acabadas, questionando-se: quais são as oportunidades e desafios presentes na área da inovação

e maiores dificuldades trazidas diante de uma imensa gama de legislações em tais áreas? No que o direito comparado poderia nos ajudar? Como transformar conhecimento científico e tecnológico em soluções que aumentem a qualidade e o bem-estar da população? É possível se falar em regular aspectos da inovação ou regular tecnologias disruptivas como a inteligência artificial sem necessariamente afastar o Brasil da competitividade internacional e obstar a inovação, mas ao contrário aproximando-se o Brasil do ecossistema global de inovação? Há um necessário “tradeoff” entre regulação e inovação? (<https://www.jota.info/casa-jota/brasil-enfrenta-desafios-para-conciliar-inovacao-e-regulacao-em-mobilidade-09022022>; “O papel do Judiciário nas definições regulatórias e no estímulo à inovação”, https://www.youtube.com/watch?v=gMNN_vGt1Mw&t=8s).

O curso visa, outrossim, trazer fundamentos essenciais a não profissionais do direito, acerca de novas ferramentas jurídicas digitais na economia digital, bem como acerca dos novos modelos de negócios reais e virtuais, voltados à inovação e novas tecnologias, abrangendo as temáticas do metaverso, novas formas de monetizações (moedas digitais), fintechs, blockchains, smart contracts, inteligência artificial e governança, conceitos de “corporate entrepreneurship” (empreendedorismo corporativo), tipos de inovação, empreendedorismo, economia verde, entre outros tópicos a serem estudados; por meio da conjugação de material teórico e prático visa-se equipar os profissionais/estudantes para a utilização das ferramentas jurídicas digitais e para a necessária transformação digital, bem como desenvolver um pensamento crítico e implementar estratégias de inovação e empreendedorismo, de modo a contribuir para a construção de negócios de sucesso e inovação no mundo digital atual e ampliarmos o ecossistema de inovação no país.

Visa-se, destarte, a enfrentar os desafios éticos e jurídicos impostos pela inovação digital diante das novas tecnologias, em especial quando se fala em “big data”, “deep learning” e “machine learning”, de modo a identificar os benefícios e as oportunidades, potencializar as oportunidades positivas da inovação digital, e por outro lado evitar ou mitigar seus riscos e deficiências, apontando para seus principais desafios.

Corpo docente

Demi Gestcho Getschko - CV: <http://lattes.cnpq.br/1491511220538716>

BIO

Engenheiro eletricitista formado pela POLI/USP, com mestrado e doutorado em Engenharia, é Conselheiro do CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil), Diretor-Presidente do NIC.br (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto br) e Professor Associado da PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Foi membro da diretoria da ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers) pela ccNSO (Country Code Names Support Organization). Em abril de 2014 foi eleito para o Hall da Fama da Internet na categoria Conectores Globais, com cerimônia realizada em Hong Kong. Em julho do mesmo ano foi agraciado com o prêmio Cristina Tavares, da Sociedade Brasileira de Computação. Em dezembro, no dia do Engenheiro, recebeu do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo o prêmio Personalidade da Tecnologia 2014, na categoria Internet. Em maio de 2016 foi admitido na Ordem do Mérito das Comunicações no Grau de Oficial como forma de reconhecimento aos seus serviços relevantes prestados às Comunicações. Editor chefe da "Revista .br" - publicação do Comitê Gestor da Internet no Brasil desde 2009 e desde 2014 escreve quinzenalmente para o Caderno Link - Editoria de tecnologia e cultura digital do jornal O Estado de S. Paulo e do portal Estadao.com.br

Paola Cantarini - CV: <http://lattes.cnpq.br/5057397566570034>

BIO

Advogada, professora universitária, artista plástica. Professora Universitária. Foi pesquisadora do IEA/USP, Instituto de Estudos avançados (Cátedra Oscar Sala), do Lawgorithm, Legal Grounds Inst.; é pesquisadora C4Ai-USP, do UAI-IEA/USP. Mestre e doutora em Direito pela PUC-SP. Doutora em Filosofia do Direito - Unisalento/It., e em Filosofia (PUCSP). Foi visiting researcher - Scuola Normale Superiore de Pisa-Itália, professor tutor Roberto Esposito (2016-2018-2019-2010), Law Department European University Institute -(inteligência artificial), Florida International University (inteligência artificial). Pós doutorado pela EGS - European Graduate School, Suíça, em Filosofia, artes e pensamento crítico, Pós-Doutorado pelo CES- Universidade de Coimbra (tutor Boaventura de Sousa Santos). Pós-doutorado pela USP - Dep. Filosofia e TGD. Pós-doutorado PUCSP-TIDD (2019-2020). Pós-doutorado pela Univ. Reggio Calabria (inteligência artificial) e UNICAMP. Experiência docente em graduação, extensão universitária e pós graduação, lato e strito sensu: PUCSP (COGEAE-2019-2023; assistente – graduação, mestrado e doutorado), OPICEBLUM ACADEMY, FMU. UNIP. FADISP. PUCSP. EDP. UNG, Faculdade Baiana de Direito, Universidade Portucalense (Porto-Portugal), Universidade de Coimbra-CES, Instituto Silvio Meira - disciplinas: direito empresarial, mercado de capitais, filosofia, filosofia do

Direito, lógica, direito do trabalho, direito econômico, direito civil, direito do consumidor, introdução ao estudo do direito, teoria geral do Estado, hermenêutica jurídica, direito e globalização, direito digital, direito constitucional, constitucionalismo digital, direitos humanos e fundamentais, arbitragem e mediação, proteção de dados, sociedade da informação, direito e inteligência artificial. Experiência em ensino à distância (UNIFMU- Pós-graduação), Grupo Invista. Membro do grupo de pesquisas GEDAI (PUCSP), ex membro do grupo de pesquisas Michel Foucault da Pós-Graduação em Filosofia da PUCSP, pesquisadora do Grupo de Pesquisa DFAST (PUC Santos), Grupo de Pesquisa transformação digital (PUCSP-TIDD). Presidente do Instituto Ethikai – “ethics as a service” (ethikai.org) e vice-diretora executiva da Revista Ethikai (<https://revistaethikai.wordpress.com/expediente/>). Sólida experiência na área jurídica com ênfase em pareceres e consultas jurídicas. Autora de mais de 20 livros e mais de 200 artigos jurídicos. Revisora de diversas revistas e periódicos. Revisora CONPEDI -Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito [Phttps://www.conpedi.org.br/](https://www.conpedi.org.br/). Membro do grupo Rede Novo Constitucionalismo Democrático latino Americano (<https://constitucionalismodemocratico.direito.ufg.br/p/16411-membros>). Professora convidada da ESA, OAB Santos, OAB Santo Amaro/SP, USP/RP, da PUCSP (Cogeae). Atua como pesquisadora no CNPq, colaborando com o Centro de Estudos sobre Cidades Inteligentes, Sustentáveis e Resilientes (CeCi) na PUC-SP, e outros grupos de estudos no Brasil e internacionais.

Thiago Roberto Aparecido Marcelino Ferrarezi

CV: <http://lattes.cnpq.br/7504480005925377>

BIO

Advogado, Engenheiro de Produção, Administrador Público, Contador, Turismólogo e Marqueteiro. É Doutorando em Tecnologias da Inteligência e Design Digital na PUC-SP. É Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV. É Especialista em Direito do Estado pela UFRGS; Licitações, Contratos Administrativos e Orçamento Público pela FDRP-USP e em Planejamento e Gestão de Cidades pela POLI-USP. É Professor convidado na Faculdade de Direito da USP em Ribeirão Preto, na Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia da PUC-SP e na Escola Britânica de Artes Criativas e Tecnologia (EBAC). Atua Pesquisador no CNPq, colaborando com o Centro de Estudos sobre Cidades Inteligentes, Sustentáveis e Resilientes (CeCi) na PUC-SP, na Escola do Futuro da USP, na Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e na Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ). Na Administração Pública, possui uma destacada trajetória com de mais de quinze anos, atuando no legislativo brasileiro. Foi Assessor Sênior no Senado Federal, Secretário Parlamentar na Câmara dos Deputados Federais e Chefe

de Gabinete na Câmara Municipal de São Paulo. Atualmente com o Conselho Regional de Administração de São Paulo, como Membro efetivo do Grupo de Excelência em Administração Pública. Na área Jurídica, desempenha papéis cruciais na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo (OAB-SP), ocupando posições de liderança como Secretário da Comissão de Jurimetria e Análise Preditiva, e Membro efetivo das Comissões de Direito Administrativo; Infraestrutura, Logística e Desenvolvimento Sustentável; Tecnologia e Inovação; Privacidade, Proteção de Dados e Inteligência Artificial. Simultaneamente, contribui como colunista em Direito Público no portal Migalhas. Na esfera da Engenharia, é Inspetor da Câmara Especializada de Mecânica e Metalurgia, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA-SP). Foi Inspetor Especial (Gestão 2021-2023) e membro da CAF – Centro da Cidade de São Paulo.

Thiago Felipe Avanci - CV: <http://lattes.cnpq.br/7186302213132065>

BIO - Ph.D. em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (Brasil - 2020), com bolsa integral e aprovação summa cum laude. Estágio de Pós Doutorado pelo Mediterranea International Centre for Human Rights Research, Università Mediterranea di Reggio Calabria (Itália - 2021), com bolsa integral. Mestre em Direito pela Universidade Católica de Santos (Brasil - 2011), com bolsa integral CAPES e aprovação summa cum laude. Pós-Graduado em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de São Paulo (Brasil - 2019). Professor da graduação dos cursos de direito da Universidade Paulista (Brasil - 2014-...), da Universidade Católica de Santos (Brazil - 2022-...), da Universidade São Judas Tadeu (Brasil - 2017-...). Professor de pós-graduação de cursos de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (Brazil - 2022-...). Presidente da Escola Superior de Advocacia of OAB/SP Guarujá (Brazil - 2022 - ...). Pesquisador do Centro de Estudos Sociedade e Tecnologia (CEST) /Faculdade Politécnica / Universidade de São Paulo (Brasil - 2020-...). Advisory board member do IGOAI (Inglaterra - 2021-...) e da Global AI Ethics (França/Croácia - 2021-...). Editor científico da Journal of Liberty and International Affairs (Macedônia do Norte - 2021-...). Avaliador INEP/MEC (Brasil - 2018-...). Advogado e Legal Head desde 2008. Professor desde 2009. Gestor em Recursos Humanos e de Departamento Jurídico desde 2008. Servidor público municipal desde 2019. Autor de diversos livros de direito.

Bruno Martins Rizardi – CV – <http://lattes.cnpq.br/5698605597027382>

BIO

Designer pela Universidade Estadual de Londrina e pós-graduado em Gestão de Projetos pela USP/ESALQ. No setor privado, trabalhou com desenvolvimento de aplicativos e software em startups, formações e mentorias para empreendedores e

consultoria para microempresários e ONGs. No setor público, fez parte do projeto de Inovação em Políticas Públicas na Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, como consultor UNESCO no Gabinete do Ministro do Ministério da Educação, desenvolvendo metodologias para formulação de programas federais de educação e para inovações em políticas públicas baseadas em evidências. Em 2020, fundou a Catálise, negócio de impacto social de design participativo focado em gerar inovação em governos e terceiro setor. Autor do livro Design Ágil para Inovação Social e Desenvolvimento do PNUD (2020).

Referências Bibliográficas

ABC – ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. Por uma política de Estado para Ciência, Tecnologia e Inovação: contribuições da ABC para os candidatos à Presidência do Brasil. Rio de Janeiro: ABC, 2014. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2018/06/doc-6760.pdf>>.

ABREU, P. R. M.; CAMPOS, N. M. O panorama das aceleradoras de startups no Brasil. São Paulo: FGV, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18853/Abreu%3b%20Campos%20Neto_Panorama%20das%20aceleradoras%20de%20startups%20no%20Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

ADNER, R.; KAPOOR, R. Value creation in innovation ecosystems: how the structure of technological interdependence affects firm performance in new technology generations. Strategic Management Journal, v. 31, n. 3, p. 306-333, 2009. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/smj.821>>.

ALBUQUERQUE, E. et al. (Eds.). Developing national systems of innovation: university-industry interactions in the Global South. New York: Edward Elgar Publishing, 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/a13822209/Downloads/E-Book-IDRC-DevelopingNSI-IDL-53627.pdf>>.

ANPROTEC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES. 30 + 10: o empreendedorismo inovador em movimento. Brasília: Anprotec, 2014. Disponível em:

_____. Institucional. Brasília: Anprotec, 2016. Disponível em: <<https://anprotec.org.br/site/>>.

ANPROTEC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES; SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Estudo de impacto econômico: segmento de incubadoras de empresas do Brasil. Brasília: Anprotec; Sebrae, 2016. Disponível em: <https://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2020/06/18072016-Estudo_ANPROTEC_v6.pdf>.

APPIAH, K. A. Cosmopolitanism: Ethics in a World of Strangers. New York: W. W. Norton, 2007.

ARAÚJO, B. C. Políticas de inovação e suas instituições no Brasil e na China. Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília, n. 16, p. 65-75, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5227/1/Radar_n16_Pol%C3%ADticas%20de%20inova%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

_____. Políticas de apoio à inovação no Brasil: uma análise de sua evolução recente. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. (Textos para Discussão, n. 1759). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1090/1/TD_1759.pdf>.

_____; RAUEN, A.; ZUCOLOTO, G. F. Impactos da suspensão dos incentivos fiscais previstos pela Lei do Bem sobre o investimento privado em PD&I. Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, v. 44, p. 26-33, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6654/1/Radar_n44.pdf>.

ARBIX, G.; VARON, J. Finlândia: o salto para uma economia baseada no conhecimento. In: ARBIX, G. et al. (Org.). Estratégias de inovação em sete países: EUA, Canadá, Irlanda, França, Reino Unido, Finlândia e Japão. Brasília: ABDI, 2009. Disponível em: <[file:///C:/Users/13822209/Downloads/2010_Mobit_Estrategia_de_inovacao_em_sete_paises%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/13822209/Downloads/2010_Mobit_Estrategia_de_inovacao_em_sete_paises%20(1).pdf)>.

_____; DE NEGRI, J. A. Avançar ou avançar na política de inovação. In: DE TONI, J. (Org.). Dez anos de política industrial: balanço e perspectivas, 2004-2014. Brasília: ABDI, 2015. Disponível em: <https://jacksondetoni.files.wordpress.com/2012/09/10-pol-industrial_abdi_brasil_2015.pdf> .

ARRUDA, C. et al. Linhas de fomentos: um desafio para o desenvolvimento do potencial de inovação das empresas brasileiras. Nova Lima: Fundação Dom Cabral, 2010. (Caderno de Ideias, n. 1014). Disponível em:

<[https://acervo.ci.fdc.org.br/AcervoDigital/Cadernos%20de%20Id%C3%A9ias/2010/Capa%20C11014%20\(2\).pdf](https://acervo.ci.fdc.org.br/AcervoDigital/Cadernos%20de%20Id%C3%A9ias/2010/Capa%20C11014%20(2).pdf)>.

ARZA, V. et al. Channels and benefits of interactions between public research organizations and industry: comparing country cases in Africa, Asia, and Latin America. In: ALBUQUERQUE, E. et al. (Eds.). Developing national systems of innovation: university-industry interactions in the Global South. New York: Edward Elgar Publishing, 2015. p. 30. Disponível em: <<https://doi.org/10.4337/9781784711108.00015>>.

AUTIO, E. et al. Entrepreneurial innovation: the importance of context. Research Policy, v. 43, n. 7, p. 1097-1108, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048733314000717/pdf?md5=2befd9bfa9e01df4a20286884016b140&pid=1-s2.0-S0048733314000717-main.pdf>>.

AVELLAR, A. P.; KUPFER, D. Avaliação de impacto de programas de incentivos fiscais e incentivos financeiros à inovação no Brasil em 2003. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Bahia. Anais... Bahia: Anpec, 2008. Disponível em: <<https://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211230280-.pdf>>.

BACKER, K.; LOPEZ-BASSOLS, V.; MARTINEZ, C. Open innovation in a global perspective: what do existing data tell us? Paris: OECD Publishing, 2008. (STI Working Paper, n. 2008/4). Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/230073468188.pdf?expires=1700678609&id=id&accname=guest&checksum=B6AB840107F1ECAB14F231ED030B66CF>>.

BAILLY, G.A. Protection des Inventions au Brésil, Paris, 1915.

BARBOSA, Denis Borges (Org). Direito da Inovação. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2011.

_____. BARBOSA, Denis Borges Barbosa; ARRUDA, Mauro Frenando Maria. Sobre A Propriedade Intelectual, Trabalho Desenvolvido no projeto Desenvolvimento Tecnológico da Indústria a Constituição de um Sistema Nacional de Inovação do Brasil. Campinas: IPT/ FECAM, 1990. Disponível em: <https://www.dbba.com.br/wp-content/uploads/sobre_pi.pdf>.

_____. BARBOSA, Denis Borges. A criação de um ambiente competitivo no campo da propriedade intelectual - o caso sul americano. Disponível em:

<<https://silo.tips/downloadFile/a-criacao-de-um-ambiente-competitivo-no-campo-da-propriedade-intelectual-o-caso-s>>.

_____. BARBOSA, Denis Borges et. al.. Reivindicando a Criação Usurpada. A Adjudicação dos Interesses relativos à Propriedade Industrial no Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____. Patents And The Emerging Markets of Latin America. In: Frederick M. Abbott; Carlos M. Correa; Peter Drahos. (Org.). Emerging Markets and the World Patent Order. 1 ed. Massachusetts: Edward Elgar, 2013, v. 1, p. 135-154. Disponível em: <<https://doi.org/10.4337/9781783471256.00017>>.

_____; PORTO, P. ; ZUCOLOTO, G. ; FREITAS, R. E. ; SOUZA, A. M. E. . Matérias Patenteáveis em Biotecnologia em Países Selecionados. In: ZUCOLOTO, Graziela Ferrero ; FREITAS, Rogério Edivaldo. (Org.). Propriedade Intelectual e Aspectos Regulatórios em Biotecnologia. 1 ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2013, v. 1, p. 203-237. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3086/1/Livro_propriedade_intelectual.pdf>.

BAROCAS, S.; HOOD, S.; ZIEWITZ, M. Governing Algorithms: A Provocation Piece. Paper preparado para a Governing Algorithms Conference, p. 1-12, 2013, <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2245322>.

BARROS, R. P. Sobre o processo de desenvolvimento inclusivo no Brasil na última década. Brasília: SAE/PR, 2014. (Notas Estratégicas, n. 3). Disponível em: <<https://repositorio.insper.edu.br/handle/11224/5082>>.

BASTOS, V. D. 2000-2010: uma década de apoio federal à inovação no Brasil. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 37, p. 127-175, 2012. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3483/3/RB%2037%202000-2010_uma%20d%c3%a9cada%20de%20apoio%20federal_P_BD.pdf>.

BENJAMIN, Ruha. “Race after technology - abolitionist for the new Jim Code”, Polity; 1a edição, 2019.

BERMAN, Paul Schiff. Cyberspace and the State Action Debate: the cultural value of applying constitutional norms to “private” regulation. *University of Colorado Law Review*, v. 71, p. 1263- 1310. 2005. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm/000523301.pdf?abstractid=228466&mirid=1>>.

BERKOWITZ, B. D., e GOODMAN, A. E.. Best Truth: Intelligence in the Information Age. New Haven: Yale University Press, 2002.

BERTONI, E. Emerging Patterns in Internet Freedom of Expression: Comparative Research Findings in Argentina and Abroad. Argentina, 19 out. 2010. Disponível em: <<https://www.palermo.edu/cele/libertad-de-expresion-en-Internet.pdf>>.

BLIND, K. The impact of standardization on innovation. Manchester: Manchester Business School, 2013. Disponível em: <<https://pdf4pro.com/download/the-impact-of-standardization-and-standards-on-innovation-3505b9.html>>.

_____; MANGELSDORFA, A. Motives to standardize: empirical evidence from Germany. Technovation, v. 48-49, p. 13-24, 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016649721600002X/pdf?md5=d7d78cc9d9cc0d2ad21617585bc28981&pid=1-s2.0-S016649721600002X-main.pdf>>.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Cartão inovação. Brasília: BNDES, 2016. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/informacoes-financeiras/resultados-financeiros-destaque/bndes/resultado-2016>>.

BRANDÃO, L. A.; DRUMOND, C. E. I. Políticas pró-inovação: uma análise da política industrial nos oito anos do governo Lula. Revista Economia & Tecnologia, v. 8, n. 2, p. 20-40, 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/28183/18719>>.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Indicadores. Brasília: MCTI, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/indicadores/paginas/publicacoes/arquivos/indicadores_cti_2022.pdf>.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Consolidação das recomendações da 4a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável: conferências nacional, regionais e estaduais e Fórum Municipal de C,T&I. Brasília: MCTI; CGEE, 2010. Disponível em: <<https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/685/1/Consolida%20da%20a7%20a3o%20das%20recomenda%20da%20a7%20b5es%20da%20a2%20aa%20Confer%20aancia%20Nacional%20de%20Ci>>

%c3%aancia%2c%20Tecnologia%20e%20Inova%c3%a7%c3%a3o%20para%20o%20Desenvolvimento%20Sustent%c3%avel.PDF>.

_____; _____. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015: Balanço das Atividades Estruturantes 2011. Brasília: MCTI, 2012. Disponível em: <<https://livroaberto.ibict.br/218981.pdf>>.

_____; _____. Nota informativa sobre evolução dos dispêndios nacionais em C&T e P&D no período 2000 a 2013. Brasília: MCTI, 2015. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0237/237332.pdf>.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Relatório Anual da Utilização dos Incentivos Fiscais: ano-base 2012. Brasília: MCTI, 2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/lei-do-bem/arquivo/relatorio-p-d/relatorio-anual-lei-11-196-05-ano-base-2012.pdf>>.

BRESNAHAN, T. General purpose technology. In: HALL, B. H.; ROSENBERG, N. (Eds.). Handbook Economics of Innovation. North-Holland: Elsevier, 2010. Disponível em: <<https://users.metu.edu.tr/pamukcu/HandbookofInno2010.pdf>>.

BUENO, A.; TORKOMIAN, A. L. V. Financiamentos à inovação tecnológica: reembolsáveis, não reembolsáveis e incentivos fiscais. Revista de Administração e Inovação, v. 11, n. 4, p. 135-158, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/100276/98934>>.

CALLON, M. The state and technical innovation: a case study of the electrical vehicle in France. Research Policy, n. 9, p. 358-376, 1980. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0048733380900323/pdf?md5=cddde40405388a1b7ad2b50e6cd3397a&pid=1-s2.0-0048733380900323-main.pdf>>.

CAMPBELL-VERDUYN, M.; GOGUEN, M.; PORTER, T. Big Data and algorithmic governance: the case of financial practices. New Political Economy, v. 22, n. 2, p. 219. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/13563467.2016.1216533?needAccess=true>>.

CANTARINI, Paola, GUERRA FILHO, Willis S. “Teoria inclusiva dos direitos fundamentais e direito digital”, Clube de autores, 2020.

CASSIOLATO, J. E. Mecanismos de apoio à inovação no Brasil: uma breve nota crítica. *Parcerias Estratégicas*, v. 15, n. 31, p. 75-82, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/94262677/Mecanismos_de_apoio_%C3%A0_inova%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil_uma_breve_nota_cr%C3%ADtica>.

CAVALCANTE, L. R.; ANDRADE, P. J.; DE NEGRI, F. P&D, inovação e produtividade na indústria brasileira. In: DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. (Orgs.). *Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes*. Brasília: ABDI; Ipea, 2015. v. 2. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5212/1/Produtividade%20no%20Brasil%20desempenho%20e%20determinantes%20-%20v.%202.pdf>>.

CELESTE, Edoardo. Digital constitutionalism: a new systematic theorisation, *International Review of Law, Computers & Technology*, 33:1, 76-99, 2019, DOI: 10.1080/13600869.2019.1562604. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/13600869.2019.1562604?needAccess=true>>

CERTI – FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS. *Sinapse da Inovação: resultados do Sinapse em SC*. Florianópolis: Certi, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/attMih>>.

CHESBROUGH, H. *Open innovation*. Massachusetts: Harvard Business Press, 2003. _____. *Open business models*. Massachusetts: Harvard Business Press, 2006.

_____. *Open Services Innovation : Rethinking Your Business to Grow and Compete in a New Era*, John Wiley & Sons, Year: 2010.

CHRISTENSEN, Clayton M. *The Innovator's Dilemma: When New Technologies Cause Great Firms to Fail* (Management of Innovation and Change, 2016, Harvard Business Review Press; Reprint edition.

CIMOLI, M.; DOSI, G.; STIGLITZ, J. E. (Eds.). *Industrial policy and development: the comparing Asian and Latin American experiences*. Paris: OECD Publishing, 2009. (Working Paper, n. 311).

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *A nova agenda da MEI para ampliar a inovação empresarial*. Brasília: CNI, 2016. Disponível em: <https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/70/ab/70abafa0-3f2c-4785-854d-727100188449/agenda_mei_2016.pdf>.

COELHO, Ana M. M.; WOLLHEIM, Bob. Empreendedorismo Inovador: Como Criar Startups de Tecnologia no Brasil", Editora Évora; 1ª edição, 2012.

COHEN, W. M. Fifty years of empirical studies of innovation activity and performance. In: HALL, B. H.; ROSENBERG, N. (Eds.). Handbook Economics of Innovation. North-Holland: Elsevier, 2010. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0169-7218\(10\)01004-X](https://doi.org/10.1016/S0169-7218(10)01004-X)>.

COOKE, P.; URANGA, M. G.; ETXEBARRIA, G. Regional systems of innovation: an evolutionary perspective. Environment and Planning, v. 30, p. 1563-1584, 1998. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/23538728_Regional_Systems_of_Innovation_An_Evolutionary_Perspective>.

COSTA, K. F. Desafios do desenvolvimento brasileiro: o papel do BNDES no incentivo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambu. Anais... Caxambu: Anpocs, 2011.

COUTINHO, L. G. et al. Desenvolvimento com base em inovação: oportunidades para o Brasil e implicações de política. Parcerias Estratégicas, v. 16, n. 32, p. 125-130, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/13822209/Downloads/RPE-32_Prtel_Livro_7310.pdf>.

CRUZ, C. H. B. Ciência e tecnologia em São Paulo. São Paulo: [s.n.], 2015. Mimeografado.

DE NEGRI, J. Inovação e produtividade: por uma renovada agenda de políticas públicas. Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília, n. 42, p. 7-15, dez. 2015. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5980/1/Radar_n42_inova%
%c3%a7%
%c3%a3o.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5980/1/Radar_n42_inova%c3%a7%c3%a3o.pdf).

_____; LEMOS, M. B. (Orgs). O núcleo tecnológico da indústria brasileira. Brasília: Ipea, 2011.

_____. Avançar ou avançar na política de inovação. In: BARBOSA, N. et al. (Orgs.). Indústria e desenvolvimento produtivo no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier; FGV, 2015.

DE NEGRI, F.; DE NEGRI, F.; COELHO, D. Tecnologia, exportação e emprego. Brasília: Ipea, 2006.

_____, et al. Perfil das empresas integradas ao sistema federal de CT&I no Brasil e aos fundos setoriais: uma análise exploratória. Brasília: MCT; Finep; Ipea; Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____; CAVALCANTI, L. R. Sistemas de inovação e infraestrutura de pesquisa: considerações sobre o caso brasileiro. Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília, n. 24, p. 7-17, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6726>>.

_____; SQUEFF, F. H. S. (Orgs.) Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil. Brasília: Ipea; Finep; CNPq, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6016>>.

_____.; CAVALCANTE, L. R. (Orgs.). Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes. Brasília: Ipea, 2014. v. 1. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3289>>.

_____.; CAVALCANTE, L. R.; ALVES, P. F. Relações universidade-empresa no Brasil: o papel da infraestrutura pública de pesquisa. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1901). Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2338>>.

_____. SQUEFF, F. H. S. O mapeamento da infraestrutura científica e tecnológica no Brasil. In: DE NEGRI, F.; SQUEFF, F. H. S. (Orgs.). Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6016>>.

_____; SALERNO, M. S. (Orgs.) Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras. Brasília: Ipea, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3169>>.

_____; DE NEGRI, F.; LEMOS, M. B. O impacto do programa ADTEN sobre o desempenho e o esforço tecnológico das empresas industriais brasileiras. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Eds.). Políticas de incentivo à inovação tecnológica. Brasília: Ipea, 2008a.

_____; _____. O impacto do programa FNDCT sobre o desempenho e o esforço tecnológico das empresas industriais brasileiras. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Eds.). Políticas de incentivo à inovação tecnológica. Brasília: Ipea, 2008b. Disponível em:

<https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo06_27.pdf>.

D'ESTE, P.; PERKMANN, M. Why do academics engage with industry? The entrepreneurial university and individual motivations. *The Journal of Technology Transfer*, v. 36, n. 3, p. 316-339, 2009. <https://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm/SSRN_ID1554846_code600750.pdf?abstractid=1546561&mirid=1&type=2>.

DI BLASI, G. Os avanços da Lei de Biodiversidade no Brasil. Di Blasi Parente & Associados, 13 jun. 2015. Disponível em: <<https://diblasiparente.com.br/os-avancos-da-lei-de-biodiversidade-no-brasil/>>.

DOBBIN, F. (Ed.). *The forms of capital in the new economic sociology: a reader*, edit. by Princeton: Princeton University Press, 2004.

DOURISH, P. e BELL, G.. *Divining a Digital Future: Mess and Mythology in Ubiquitous Computing*. Cambridge: MIT Press, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1000207/mod_resource/content/1/%5BNeil_J._Smelser%2C_Richard_Swedberg%5D_The_Handbook_of_Economic_sociology.pdf>.

DRUKER, Peter. *The Discipline of Innovation*, Harvard Business Review, 2002. _____ . *Innovation and Entrepreneurship*, Collins, 1993.

_____. *Innovation and Entrepreneurship: Practice and Principles*, PerfectBound, HarperCollins Publishers, 2006.

_____. *Technology, Management and Society*, Routledge, 2004.

EDQUIST, C. et al. (Eds.). *Public procurement for innovation*. Cheltenham: Edward Elgar

Publishing, 2015. <<https://charlesedquist.files.wordpress.com/2015/01/2015-ppi.pdf>>. EDMONDSON, Amy C. *Teaming: How Organizations Learn, Innovate, and Compete in the*

Knowledge Economy, Jossey-Bass, 2012.

_____. *The Fearless Organization: Creating Psychological Safety in the Workplace for Learning, Innovation, and Growth*, Wiley, 2018

EMBRAPII – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL. Quem somos. Brasília: Embrapii, [s.d.]. Disponível em: <<https://embrapii.org.br/institucional/quem-somos/>>.

ELLUL, Jacques. La technique ou l'enjeu du siècle. Paris: Armand Colin, 1954.

_____. Le bluff technologique. Paris: Hachette, 1988.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF L. The dynamics of innovation: from national systems and mode 2 to triple helix of university-industry-government. Research Policy, n. 29, p. 109-123, 2000. <<http://www.oni.uerj.br/media/downloads/1-s2.0-S0048733399000554-main.pdf>>.

E.U.A., Records, computers and the rights of citizens. Report of the Secretary's Advisory Committee on Automated Personal Data Systems, 1973. Disponível em: <<https://www.justice.gov/opcl/docs/rec-com-rights.pdf>>.

FRAGOSO, João Henrique da Rocha. Direito Autoral – Da Antiguidade à Internet. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

FERRO, A. F. P. Gestão da inovação aberta: práticas e competências em P&D colaborativa. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5100996/mod_resource/content/3/Aquino%20Ana%20Flavia%20Portilho%20Ferro%20de%20PhD%20Unicamp%202011%20Gest%C3%A3o%20da%20Inova%C3%A7%C3%A3o%20Aberta%20-%20praticas%20.pdf>.

FINEP – FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. Revista Inovação em Pauta, n. 7, out. 2015b. Disponível em: <<http://finep.gov.br/revistas?id=5068>>.

FLORIDI, Luciano. Ethics, governance and policies in AI, 2021, Springer.

_____, “The Fourth Revolution: How the infosphere is reshaping human reality” [1 ed.], Oxford University Press, 2014.

_____. “The Onlife Manifesto: Being Human in a Hyperconnected Era”, [1 ed.], Springer International Publishing, 2015.

_____. “Il verde e il blu. Idee ingenuie per migliorare la politica”, Cortina Raffaello, 2020.

FREEMAN, C. The national system of innovation in historical perspective. Cambridge Journal of Economics, v. 19, n. 1, p. 5-224, 2000. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170809051850id_/http://www.globelicsacademy.org/2011_pdf/Freeman%20NSI%20historical%20perspective.pdf>.

_____.; SOETE, L. A economia da inovação industrial. Campinas: Unicamp, 2008.

_____. Japan: a new system of innovation. In: DOSI, G. et al. (Eds.). Technical change and economic theory. London: Pinter Publishers, 1988. <https://www.lem.sssup.it/WPLem/files/dosietal_1988_outline.pdf>.

FRIEDE, R.; SILVA, A. A importância da Lei de Inovação Tecnológica. Revista CEJ, ano 14, n. 50, p. 34-39, 2010. Disponível em: <<https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/1354/1364>>.

GARCIA, Eugenio Vargas. The International Governance of AI: Where is the Global South?, 2021, Disponível em: <https://www.academia.edu/44999316/The_International_Governance_of_AI_Where_is_the_Global_South>.

GARCIA, R. et al. Benefits, results and barriers to interaction to industry: the perspective of academic research groups. [s.l.]: [s.d.]. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files_I/i9-32085c46d2afa0a85850bf2ab4502369.pdf>.

GEM – GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. Curitiba: IBPQ, 2014. DISPONÍVEL EM: <https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2017/07/GEM_2014-Livro-Empreendedorismo-no-Brasil.pdf>.

GEORGHIOU, L. et al. Policy instruments for public procurement of innovation: choice, design and assessment. Technological Forecasting and Social Change, v. 86, p. 1-12, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0040162513002552/pdf?md5=c743f3b9aff0c8d866d6ca74ab527563&pid=1-s2.0-S0040162513002552-main.pdf>>.

GÖK, A. The impact of innovation inducement prizes. London: Nesta, 2013. (Nesta Working Paper, n. 13/18). Disponível em: <https://media.nesta.org.uk/documents/impact_of_innovation_inducement_prizes.pdf>.

GUIMARÃES, E. A. Políticas de inovação: financiamentos e incentivos. Brasília: Ipea, 2006. (Textos para Discussão, n. 1212). Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo04_27.pdf>.

GREENSTEIN, S. Innovative conduct in computing and internet markets. In: HALL, B. H.; ROSENBERG, N. (Eds.). Handbook Economics of Innovation. North-Holland: Elsevier, 2010. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0169721810010117/pdf?md5=95c04e3851df1a0c369a3df540e28b2f&pid=1-s2.0-S0169721810010117-main.pdf>>.

GROUP OF THE INDUSTRY-SCIENCE RESEARCH ALLIANCE. Recommendations for implementing the strategic initiative Industrie 4.0. Frankfurt: The Industry-Science Research Alliance, 2013. Disponível em: <<https://www.din.de/resource/blob/76902/e8cac883f42bf28536e7e8165993f1fd/recommendation-s-for-implementing-industry-4-0-data.pdf>>.

HAUSMANN, R.; HWANG, J.; RODRIK, D. 2007. What you export matters. Journal of Economic Growth, v. 12, issue 1, p. 1-25, 2007. <<https://drodrik.scholar.harvard.edu/files/dani-rodrik/files/what-you-export-matters.pdf>>.

HIPPEL, Eric von. Democratizing Innovation, The MIT Press, 2005. Disponível em: <<https://web.mit.edu/evhippel/www/books/DI/DemocInn.pdf>>.

_____. Free innovation, The MIT Press, Year: 2016.

HOFFMANN-RIEM, W. “Der grundrechtliche Schutz der Vertraulichkeit und Integrität eigengenutzer informationstechnischer Systeme”, Juristen Zeitung, vol. 21, 2009, 1009.

_____. “Big Data e Inteligência Artificial: Desafios Para O Direito”. Revista estudos institucionais, 2020. Disponível em: <<https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/484>>.

_____. ”Teoria Geral do Direito Digital”, Forense, 2022. Edição do Kindle.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec) 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=299007>>.

_____. Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec) 2014: base de dados. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <10.16891/2317-434X.v4.e13.a2017.pp200-210>.

_____. Questionário da Pesquisa de Inovação Tecnológica – Relatório Pintec. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <Pintec_v2_2005_logo_colorido.indd (ibge.gov.br)>.

INKPEN, A. C.; TSANG, E. W. K. Social capital, network and knowledge transfer. *Academy of Management Review*, v. 30, n. 1, p. 146-165, 2005. Disponível em: <10.5465/AMR.2005.15281445>.

INOVATIVA BRASIL. Institucional. [s.l.]: [s.n.], 2016. Disponível em: <Hub de Empreendedorismo e Inovação - InovAtiva>

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; WORLD BANK; OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Conditions for innovation in Brazil: a review of key issues and policy challenges. Background paper for the Workshop on Innovation for Productivity Growth in Brazil. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <Discussion Paper_218.pdf (ipea.gov.br)>.

ISAACSON, Walter. *The Innovators: How a Group of Hackers, Geniuses, and Geeks Created the Digital Revolution*, Simon & Schuster, 2014.

_____. *Os inovadores - Uma biografia da revolução digital*, Companhia das letras, 2014.

JACOB, M. C.. The Cosmopolitan as a Lived Category. *Daedalus*, v. 137, no 3, 2008.

JANKOWSKA, A.; NAGENGAST, A.; PEREA, J. R. The product space and the middle-income trap: comparing Asian and Latin American experiences. Paris: OECD Publishing, 2012. Disponível em: <10.1787/5k9909j2587g-en>.

KANNEBLEY JR., S.; PORTO, G. Incentivos fiscais à pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil: uma avaliação das políticas recentes. Washington: BID, 2012. (Documento para Discussão, n. 236). Disponível em: <Documento_Para_Discussão_Versão_Em_Português.pdf (usp.br)>.

_____; SHIMADA, E.; DE NEGRI, F. Efetividade da Lei do Bem no estímulo ao investimento em P&D: uma análise com dados em painel. Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE), v. 46, n. 3, p. 111-145, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/D.96.2013.tde-25092013-144305>>.

_____; RAMOS, L. R. A. Infraestrutura de pesquisas e produtividade científica dos pesquisadores brasileiros. In: De NEGRI, F.; SQUEFF, F. H. S. (Orgs.). Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <Enap catalog > Details for: Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil>.

_____; SHIMADA, E.; DE NEGRI, F. Efetividade da Lei do Bem no estímulo aos dispêndios em P&D: uma análise com dados em painel. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 46, n. 3, p. 111-145, dez. 2016. Disponível em: <PPE_v46_n03_Efetividade.pdf (ipea.gov.br)>.

KANTIS, H.; FEDERICO, J. Entrepreneurship policy in Latin America: trends and challenges. Government, SMEs and entrepreneurship development. Aldershot: Ashgate Publishing Limited, 2012.

KANTIS, H.; FEDERICO, J.; MENÉNDEZ, C. Políticas de fomento al emprendimiento dinámico en América Latina: tendencias y desafíos. Caracas: CAF, 2012. (CAF Documentos de Trabajo, n. 2012/09). Disponível em: <<https://scioteca.caf.com/handle/123456789/239>>.

KEEKEY, Larry; WALTERS, H. PIKKEL, Ryan, QUINN, Brian. Ten Types of Innovation: The Discipline of Building Breakthroughs, Wiley, 2013.

KICKINGER, F. C.; ALMEIDA, H. T. V. Reflexões sobre a inovação no Brasil e o papel do BNDES. In: ALÉM, A. C.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). O BNDES em um Brasil em transição. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. Disponível em: <<https://www.econbiz.de/Record/reflex%C3%B5es-sobre-a-inova%C3%A7%C3%A3o-no-brasil-e-o-papel-do-bndes-kickinger-fl%C3%A1via-campos/10010355604>>.

KUPFER, D. O desafio do financiamento à inovação. Valor Econômico, 11 nov. 2013. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/o-desafio-dofinanciamento-a-inovacao.ghtml>>.

LA FRENCH TECH. Fonds French Tech Accélération. [s.l.]: [s.n.], 2016.

LANDAU, S. Surveillance or Security: The Risks Posed by New Wiretapping Technologies. Cambridge: MIT Press, 2010, seção. 9.6.

LATOUR, B. Give me a laboratory and i will raise the world. In: KNORR-CETINA, K.; MULKAY, M. (Eds.). Science observed: perspectives on the social study of science. London: Sage, 1983.

___; WOOLGAR, S. Laboratory life: the social construction of scientific facts. London; Beverly Hills: Sage, 1979.

LEE, K. How can Korea be a role model for catch-up development? A capability-based view. Helsinki: UNU-Wider, 2009. (Research Paper, n. 2009/34). Disponível em:

<https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/destaque/TEXT0_02.04_Keun_Lee_-_Korea_as_a_role_for_catch_up.pdf>

LEY, A. La trampa del ingreso medio: el desafío de esta década para América Latina. Santiago: Cieplan, 2012.

LIN, J. Y.; TREICHEL, V. Learning from China's rise to escape the middle-income trap: a new structural economics approach to Latin America. Washington: World Bank, 2012. (Policy Research Working Paper, n. 6165). Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/92421ff1-1158-599b-8d6b-11328c8a868e/content>>.

LIN, N. et al. Measurement techniques for investigations of social capital in social capital: theory and research edit. New York: Aldine de Gruyter, 2001.

LEMOS, Ronaldo. Internet Brasileira Precisa de Marco Regulatório Civil. Folha de S. Paulo, São Paulo, 25 maio 2007. Disponível em: <<https://tecnologia.uol.com.br/ultnot/2007/05/22/ult4213u98.jhtm>>.

LESKE, A. Inovação e políticas na indústria de defesa brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/teses/2013/Ariela%20Leske.pdf>>.

LUNA, F.; MOREIRA, S.; GONÇALVES, A. Financiamento à inovação. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Eds.). Políticas de incentivo à inovação tecnológica. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/livia/Downloads/Pol%C3%ADticas%20de%20incentivo%20%C3%A0%20inov a%C3%A7%C3%A3o%20tecnol%C3%B3gica%20no%20Brasil.pdf>.

LUNDVALL, B-Ä. National systems of innovation: towards a theory of innovation and interactive learning. London: Pinter Publishers, 1992.

_____. Innovation as an interactive process: from user-producer interaction to the national system of innovation. In: DOSI, G. et al. (Eds.). Technical change and economic theory. London: Pinter Publishers, 1988.

_____; National innovation systems: analytical concept and development tool. 2nd ed. In: DRUID CONFERENCE, Copenhagen, 2005. Annals... Copenhagen: Druid, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/24081600_National_Innovation_Systems-Analytical_Concept_and_Development_Tool>.

MACHADO, L. et al. Additionality of countercyclical credit: evaluating the impact of BNDES' PSI on the investment of industrial firms. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/7758/2/Additionality%20of%200Countercyclical%20Credit_P.pdf>.

MARTION, Roger L. The Design of Business: Why Design Thinking is the Next Competitive Advantage, Harvard Business School Press, 2009.

MCCARTHY. The Rights of Publicity and Privacy. Nova York: Clark Boardman Callaghan, 1994.

MAZZOLENI, R.; NELSON, R. R. The roles of research at universities and public labs in economic catch-up. Pisa: LEM, 2005. (LEM Working Paper Series). Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/89427/1/512135827.pdf>.

MENDES, Gilmar F. VESTING, Thomas, MORAIS, Carlos Blanco de. The Role of law in cyberspace. Law, governance and technology series, 49, 2022, Springer Ed.

MILLER, Arthur Miller. Assault on privacy. Ann Arbor: University of Michigan, 1971.

MOORE, Geoffrey, Crossing the Chasm, Series: Collins Business Essentials, Harper Business, 2014.

MOWERY, D. C. What does economic theory tell us about mission-oriented R&D? In: FORAY, D. (Ed.). The New Economics of Technology Policy. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/286693153_What_does_economic_theory_tell_us_about_mission-oriented_RD>.

NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. Academy of Management Review, v. 23, n. 2, p. 242-266, 1998. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228314367_Social_Capital_Intellectual_Capital_and_the_Organizational_Advantage>.

NASCIMENTO, P. A. M. M. Áreas de maior especialização científica do Brasil e identificação de suas atuais instituições líderes. In: DE NEGRI, F.; SQUEFF, F. H. S. (Orgs.). Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <[file:///C:/Users/livia/Downloads/Sistemas%20setoriais%20de%20inova%C3%A7%C3%A3o%20e%20infraestrutura%20de%20pesquisa%20no%20Brasil%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/livia/Downloads/Sistemas%20setoriais%20de%20inova%C3%A7%C3%A3o%20e%20infraestrutura%20de%20pesquisa%20no%20Brasil%20(1).pdf)>.

NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Orgs.). Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil. Brasília: Ipea, 2008a. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3237>>.

_____. Uma avaliação de programas de apoio financeiro à inovação tecnológica com base nos fundos setoriais e na Lei de Inovação. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Orgs.). Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil. Brasília: Ipea, 2008b. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3237/1/Pol%C3%ADticas%20de%20incentivo%20%C3%A0%20inova%C3%A7%C3%A3o%20tecnol%C3%B3gica%20no%20Brasil.pdf>>.

NELSON, R. National innovation systems: a comparative analysis. New York: Oxford University Press, 1993.

NIOSI, J. et al. National systems of innovation: In search of a workable concept. *Technology in Society*, v. 15, p. 207-227, 1993.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *OECD Science, Technology and Industry Outlook 2014*. Paris: OECD Publishing, 2014. Disponible em: <https://read.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oecd-science-technology-and-industry-outlook-2014_sti_outlook-2014-en>.

_____. *Main Science and Technology Indicators (MSTI Database)*. Paris: OECD, [s.d.]. Disponible em: <<https://www.oecd.org/innovation/inno/msti2023sept.pdf>>.

_____. *Policy responses to the economic crisis: investing in innovation for long-term growth*. Paris: OECD Publishing, 2009. Disponible em: <<https://doi.org/10.1787/222138024482>>.

_____. *OECD Science, Technology and Industry Outlook 2014*. Paris: OECD Publishing, 2014. Disponible em: <<https://www.oecd.org/sti/oecd-science-technology-and-industry-outlook-19991428.htm>>.

_____. *OECD Science, Technology and Industry Scoreboard 2015*. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponible em: <https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/policy-responses-to-the-economic-crisis_222138024482>.

_____. *Micro-policies for growth and productivity: final report*. Paris: OECD Publishing, 2005. Disponible em: <http://www.oecd.org/document/2/0,2340,fr_2649_34555_34941890_1_1_1_1,00.html>.

_____. *Demand-side innovation policies*. Paris: OECD Publishing, 2011. Disponible em: <https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/demand-side-innovation-policies_9789264098886-en>.

_____. *Startup América Latina: promoviendo la innovación en la región*. Paris: OECD Publishing, 2013. (Estudios del Centro de Desarrollo). Disponible em: <<https://www.oecd.org/dev/americas/ProgressReport.pdf>>.

_____. *Entrepreneurship at a glance – 2015*. Paris: OECD, 2015. Disponible em: <https://www.oecd-ilibrary.org/industry-and-services/entrepreneurship-at-a-glance-2015_entrepreneur_aag-2015-en>.

OHNO, K. The middle-income trap: implications for industrialization strategies in East Asia and Africa. Tokyo: Grips, 2009. Disponível em: <https://www.grips.ac.jp/vietnam/KOarchives/doc/EB09_MIT.pdf>.

OSTERWALDER, Alexander, PIGNEUR, Yves. Business Model Generation - Inovação em Modelos de Negócios: um manual para visionários, inovadores e revolucionários, Alta Books, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4453284/mod_resource/content/1/Business-Model-Generation.pdf>.

PACHECO, C. A. Las reformas de la política nacional de ciencia, tecnología e innovación en el Brasil (1999-2003). Santiago: Cepal, 2003.

_____. Apresentação. Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 191-223, jan.-jun. 2007. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/f1049cc2-fab8-41eb-ae21-200bc3955fd0/content>>.

_____. Políticas públicas, intereses y articulación política: cómo se gestaron las recientes reformas al sistema de ciencia y tecnología en Brasil. Santiago: Cepal, 2005. (Série Políticas Sociais, n. 103). Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/bitstreams/f1049cc2-fab8-41eb-ae21-200bc3955fd0/download>>.

PACKARD, Vance. The naked society. New York: McKay, 1964.

PAMPLONA, J. B.; YANIKIAN, V. P. M. O sistema federal de financiamento à inovação no Brasil. Pesquisa & Debate, v. 26, n. 1, p. 35-74, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/22280/16277>>.

PAUS, E. (Ed.). Getting development right: structural transformation, inclusion, and sustainability in the post-crisis era. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

_____. Latin America and the middle-income trap. Santiago: Eclac, 2014. (Financing for Development Series, n. 250). Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/36816>>.

PIMENTEL, V. et al. Biodiversidade brasileira como fonte da inovação farmacêutica: uma nova esperança? Revista do BNDES, n. 43, p. 41-89, 2015. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/5602/1/RB%2043%20Biodiver>>

cidade%20brasileira%20como%20fonte%20da%20inova%C3%A7%C3%A3o_P.pdf/>.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília: Pnud; Ipea; FJP, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2375/1/Livro_O%20%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20Municipal%20Brasileiro.pdf>.

POMPERMAYER, F. M.; DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. (Orgs.). Inovação tecnológica no setor elétrico brasileiro: uma avaliação do programa P&D regulado pela Aneel. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <https://www.dbd.puc-rio.br/ipea/livro_inovacatecnologica.pdf>.

PORTO, Patrícia Carvalho da Rocha e BARBOSA, Denis Borges. O GIPI e a Governança da Propriedade Intelectual. Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília, v. 29, p. 19-26, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5360/1/Radar_n29_O%20Gipi.pdf>.

PORTO, G. S. A decisão empresarial de desenvolvimento tecnológico por meio da cooperação empresa-universidade. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-01032002-125701/publico/tde.pdf>>.

PRADO, Elaine Ribeiro. Gestão e Justiça no Trabalho Inovador. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

PROINOVA. Guia prático de apoio à inovação: onde e como conseguir apoio para promover a inovação em sua empresa. São Paulo: ProInova; Anpei; MCTI, 2013. Disponível em: <<https://anpei.org.br/proinova-guia-pratico-de-apoio-a-inovacao/>>.

PUTNAM, R. D., E Pluribus Unum: Diversity and Community in the Twenty-First Century: A palestra do prêmio Johan Skytte de 2006 Scandinavian Political Studies, n. 30, 2007. Disponível em: <<https://www.puttingourdifferencetowork.com/pdf/j.1467-9477.2007.00176%20Putnam%20Diversity.pdf>>.

RAUEN, A. T. Encomendas tecnológicas nos Estados Unidos: possibilidades do regulamento federal de aquisições. Radar – Tecnologia, Produção e Comércio

Exterior, Brasília, n. 36, p. 49-56, dez. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3856>>.

RAUEN, C. V. O novo marco legal da inovação no Brasil: o que muda na relação ICT-empresa? Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília, n. 43, p. 21-35, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6051>>.

RGHETTI, S. Brasil cresce em produção científica, mas índice de qualidade cai. Folha de S. Paulo, 22 abr. 2013. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/ciencia/2013/04/1266521-brasil-cresce-em-producao-cientifica-mas-indice-de-qualidade-cai.shtml>>.

RHEINGOLD, H. The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier. Cambridge: MIT Press, 2000, p. 181

RIES, Eric. The Lean Startup: How Today's Entrepreneurs Use Continuous Innovation to Create Radically Successful Businesses, Editora Sextante; 1ª edição, 2019.

RODOTÁ, Stefano. Elaboratori elettronici e controllo sociale. Bologna: Il Mulino, 1973.

RODRIK, D. The future of economic convergence. In: JACKSON HOLE SYMPOSIUM, 2011, Kansas City. Annals... Kansas City: Federal Reserve Bank, 2011. Disponível em: <<https://drodrik.scholar.harvard.edu/files/dan-rodrik/files/future-economic-convergence.pdf?m=1435006479>>.

ROGERS, Everett. Diffusion of Innovations, Free Press, 2003. Disponível em: <<https://teddykw2.files.wordpress.com/2012/07/everett-m-rogers-diffusion-of-innovations.pdf>>.

SALERNO, M. S.; KUBOTA, L. C. Estado e inovação. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Eds.). Políticas de incentivo à inovação tecnológica. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3237/1/Pol%C3%ADticas%20de%20incentivo%20%C3%A0%20inova%C3%A7%C3%A3o%20tecnol%C3%B3gica%20no%20Brasil.pdf>>.

SALLES FILHO, S. et al. Avaliação de impactos da Lei de Informática: uma análise da política industrial e de incentivo à inovação no setor de TICs brasileiro. Revista Brasileira de Inovação, v. 11, p. 191-218, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11108/1/td_2757.pdf>.

SANTIAGO, Vanisa. A administração coletiva de direitos autorais no Brasil. In: Reflexões sobre direito autoral. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

SAVIGNON, François. L'Etat et l'invention, Histoire des Brevets, La Documentation Française, 1986.

SBIR – SMALL BUSINESS INNOVATION RESEARCH. About Sbir. Washington: Sbir, 2016a. Disponível em: <<https://www.sbir.gov/about>>.

SCHUMPETER, J. A. Capitalismo, socialismo e democracia. 3. ed. Crows Nest: George Allen & Unwin, 1942. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Capitalismo-socialismo-e-democracia-Joseph-A.-Schumpeter.pdf>>.

SCONBERGER, Viktor Mayer. General development of data protection in Europe. In: Technology and privacy: The new landscape. Phillip Agre, Marc Rotenberg (Org.). Cambridge: MIT Press, 1997.

SILVA JR., G. G. Cooperação para P&D e inovação: evidência empírica para o uso de infraestrutura laboratorial. In: DE NEGRI, F.; SQUEFF, F. H. S. (Orgs.). Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil. Brasília: Ipea; Finep; CNPq, 2016. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_sistema_setoriais_miolo_cap13.pdf>.

SILVA JR., G. G. et al. Produtividade, inovação e poder de mercado na indústria brasileira de transformação. In: DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. R. (Orgs.). Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes. Brasília: ABDI; Ipea, 2015. v. 2. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/prod_brasil_2015_cap-12.pdf>.

SOUZA-PAULA, M. C.; VILLELA, A. B. C. Programas nacionais de ciência e tecnologia: dos indivíduos às redes. Parcerias Estratégicas, Brasília, v. 19, n. 39, p. 143-159, 2014. Disponível em:

<https://www.cgee.org.br/documents/10195/10687196/RPE39web_23062015_10194.pdf/0cad7fe9-80b4-4b46-8f31-4b0872bec0bd?version=1.1>.

SQUEFF, F. H. S.; DE NEGRI, F. Federally Funded Research and Development Centers: notas iniciais sobre o modelo americano. Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília, n. 36, p. 17-30, dez. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3316/1/Radar_n36.pdf>.

_____. Sistema setorial de inovação em defesa: análise do caso do Brasil. In: DE NEGRI, F.. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/radar/radar_37_27022015_cap2.pdf>.

_____. (Orgs.). Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6016>>.

SREBERNY-MOHAMMADI, A.; MOHAMMADI, A.. Small Media, Big Revolution: Communication, Culture, and the Iranian Revolution. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

SUZIGAN, W.; ALBUQUERQUE, E. M.; CARLO, S. A. F. (Orgs.). Em busca da inovação: interação universidade-empresa no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

SZAPIRO, M.; VARGAS, M.; CASSIOLATO, J. Advances and limitations of Brazilian innovation policy over the last decade. In: GLOBELICS CONFERENCE, 12., 2014, Addis Ababa. Annals... Addis Ababa: Aalborg University; Addis Ababa University, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Jose-Cassiolato/publication/274252210_Advances_and_limitations_of_Brazilian_innovation_policy_over_the_last_decade/links/55199da60cf244e9a4584906/Advances-and-limitations-of-Brazilian-innovation-policy-over-the-last-decade.pdf?_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn19>.

SOLOVE, Daniel. Understanding Privacy. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

TAVARES, J. O papel do BNDES no financiamento da inovação tecnológica. 2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento) –

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/329717425_O_Papel_do_BNDES_no_financiamento_da_inovacao_tecnologica>.

TEUBNER, Gunther. Horizontal Effects of Constitutional Rights in the Internet: a legal case on the digital constitution. *Italian Law Journal*, v. 3, n. 2, p. 485–510. 2017. Disponível em: <<https://www.jura.uni-frankfurt.de/70299574/InternetHorizontalConstRightsENGItalJ2017.pdf?%20>>.

THIEL, Peter. Zero to One: Notes on Startups, or How to Build the Future, rown Business, 2014.

TIDD, Joe, BESSANT, JOHN. Gestão da Inovação, Bookman, 2015.

TIRONI, L. F. Globalização em serviços tecnológicos. Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília, n. 33, p. 27-35, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11691/1/Radar-n33_art03_globalizacao.pdf>.

_____. Serviços tecnológicos nas estatísticas nacionais e na inovação. Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília, n. 40, p. 39-49, 2015. Disponível em: <<https://radar.ipea.gov.br/?p=1715>>.

_____. Serviços tecnológicos em alguns países: uma abordagem inicial com foco no comércio externo de bens. Radar – Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília, n. 40, p. 51-55, 2015b. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/150903_radar_40_cap5.pdf>.

_____. Serviços tecnológicos. In: DE NEGRI, F.; SQUEFF, F. H. S. (Orgs.). Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6016>>.

TURCHI, L.; DE NEGRI, F.; DE NEGRI, J. Os impactos tecnológicos das parcerias da Petrobras com universidades, centros de pesquisa e firmas brasileiras. Brasília: Ipea; Petrobras, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1148>>.

UNECE – UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. Fostering innovative entrepreneurship: challenges and policy options. New York;

Genebra: Unece, 2012. Disponível em: <<https://unece.org/fileadmin/DAM/ceci/publications/fie.pdf>>.

UNITED STATES. White House. National Economic Council. Strategy for American Innovation. Washington: White House, 2015. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/strategy_for_american_innovation_october_2015.pdf>.

UYARRA, E. The impact of public procurement of innovation. In: ELDER, J. et al. Handbook of innovation policy impact. Northampton: Edward Elgar, 2016.

VALLIM, R. B. O financiamento à inovação nas empresas no contexto do Sistema Nacional de Inovação brasileiro. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/disserta%C3%A7%C3%B5es/2014/Roberto%20Vallim%20.pdf>>.

VIEIRA, K. P. Financiamento e apoio à inovação no Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/AMSA-7PFKEW>>.

VIOTTI, E. Brazil: From S&T to innovation policy? The evolution and the challenges facing Brazilian policies for science, technology and innovation. In: GLOBELICS CONFERENCE, 6., 2008, Mexico City. Annals... Mexico City: CGEE, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Eduardo-Viotti/publication/326127032_Brazil_From_ST_to_innovation_policy_The_evolution_and_the_challenges_facing_Brazilian_policies_for_science_technology_and_innovation/links/5b3a28894585150d23ef495b/Brazil-From-S-T-to-innovation-policy-The-evolution-and-the-challenges-facing-Brazilian-policies-for-science-technology-and-innovation.pdf?_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn9>.

THOMSON REUTERS. Web of Science. [s.l.]: [s.d.]. Disponível em: <<https://sistemas.eel.usp.br/bibliotecas/arq/WoS.pdf>>.

WAENGERTNER, Pedro. A Estratégia da Inovação Radical, Gente Editora, 2018.

_____. TRANSFORMAÇÃO RADICAL: 6 estratégias que irão revolucionar o seu negócio para ter a inovação como diferencial competitiva, Editora Gente, 2020.

WORLD BANK. World Bank country and lending groups. Washington: World Bank, [s.d.]. Disponível em: <<https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519-world-bank-country-and-lending-groups>>.

ZUNIGA, P. et al. Conditions for innovation in Brazil: a review of key issues and policy challenges. Brasília: Ipea, 2016. (Discussion Paper, n. 0218). Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7352?mode=full>>.